

A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo

DEMIAN BEZERRA DE MELO (ORG.)

Rio de Janeiro: Consequência, 2014, 266p.

*Lidiane Soares Rodrigues**

Os historiadores são quase unânimes em afirmar que sua matéria é o tempo. Extraem dessa fórmula as consequências relevantes?

Nos padrões brasileiros de colaboração e rivalidade entre as disciplinas científicas, temas monopolizados pela Ciência Política e pela Sociologia tendem gradativamente a se tornar objeto dos historiadores. Seria possível que essa migração temática se processasse de tal modo que os pesquisadores se ignorassem reciprocamente (em espaços de produção científica mais densos, por exemplo, em que se torna impossível acompanhar a produção em torno de um assunto e ainda não contassem com os atuais *handbooks in*)? Estamos longe disso. Os assuntos tratados por cientistas sociais e que se tornaram preferencialmente historiográficos atam os historiadores à matriz de discussão estabelecida por aquelas áreas. É assim, por exemplo, com o tema do escravismo, do populismo e também de “1964”. No calor da hora e nas décadas seguintes, a historiografia brasileira não se ocupou de explicar o golpe militar e tampouco o regime que ele estabeleceu. Por um lado, ocupava-se preferencialmente de temas longínquos no tempo; por outro, a história recente era assunto de brasilianistas e cientistas sociais. O marxismo, estando presente em todas estas disciplinas, torna o padrão de intercâmbio entre elas ainda mais complicado. E interessante.

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSCAR. E-mail: lsr@ufscar.br.

Infelizmente, é sem formular esse problema que o livro *A miséria da historiografia* trata de assunto da mais alta relevância política e caro aos historiadores. Os fatos não mudam; porém, o que se faz com eles, sim. Dito de outro modo, se a história é pretérita, a historiografia se faz no presente. Ela está, portanto, em permanente revisão e aprimoramento, pela rotação de perspectivas teóricas e metodológicas e pelas mudanças de agenda temática. Não sendo sempre as mesmas interpretações que faz dos eventos passados, a historiografia tem também um percurso histórico. Essa é a maneira mais simples de formular a questão que pontilha os artigos reunidos no livro, assim como o sentido do termo *reversionismo*. Um histórico dos usos desse termo encontra-se na introdução de Demian B. de Melo; um artigo esclarecedor e necessário: nem toda revisão/renovação é reversionismo (e vice-versa); nem todo reversionismo é antimarxista e de direita. Abarcando numerosas historiografias nacionais, não se limita às controvérsias clássicas em torno da Revolução Inglesa, Francesa e Russa; aborda tanto o reversionismo do nazismo como o dos fascismos italiano e ibérico, além do interessante “reversionismo e esquerdismo” dos soviétólogos estadunidenses contra os *coldwarriors*. Da perspectiva dos autores, *reversionismo* denomina a eliminação da *luta de classes e da revolução* como categorias explicativas e interpretativas – sobretudo no que diga respeito à inteligibilidade do golpe militar de 1964. Por esse motivo, é o reversionismo anti-marxista que interessa aos autores.

O livro divide-se em duas partes. Na primeira, o leitor encontrará reunidos três artigos que discutem aspectos gerais do reversionismo; na segunda, cinco outros, analisando casos particulares da operação reversionista. Na primeira parte, Manuel Loff discute a anatemização da categoria de *revolução* como parte das operações do reversionismo – desabilitar o termo é central para a desqualificação intelectual do marxismo. Marcelo Badaró Mattos discute a presença do culturalismo na historiografia brasileira contemporânea, e Carlos Zacarias Senna Jr., a presença, nela, do anticomunismo. Os “casos particulares” da segunda parte do livro são: o tema do populismo na bibliografia brasileira, tratado por Felipe Demier; o “estado da arte” a respeito do golpe de 1964, tratado por Demian Melo; a centralidade da *Veja* na tentativa de construção de um consenso em torno do termo amenizador “ditabranda”, tratada por Carla Luciana Silva; a reabilitação que a indústria cultural tem promovido da figura de Wilson Simonal, tratada por Romulo Matos; e, por fim, a historiografia e a memória da Revolução dos Cravos, tratada por Raquel Varela.

A tomada de posição antimarxista que animou uma fração geracional de historiadores, sociólogos e cientistas políticos, pesquisando o período e temas correlatos ao golpe e ao regime militar estabelecido em 1964, e trabalhando em instituições situadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, conformam o substancial do livro. Embora esteja em inteiro acordo com os autores a respeito das perspectivas englobadas pelo que denominam de *reversionismo*, sugiro a observação de dimensões menos enobrecidas do que as “teorias” (culturalismo, pós-modernismo) que

supostamente orientam os revisionistas, de rigor duvidoso, para dizer o mínimo. Um exemplo? O que se pode esperar de um autor que se apresente como tributário de “conceitos e influências antropológicas” (p.112) e distorça, sem pudores, os textos – sejam os testemunhos de seus “depoentes”, sejam os dos autores que ambiciona criticar? É o que demonstram dois artigos – os de Demier e de Senna Jr. – que recomendo como antídotos à preguiça generalizada em torno do tema do populismo e do anticomunismo. Prestam um serviço à integridade intelectual, desmascarando operações de ma-fê que desabonam qualquer historiador que leve seu ofício a sério.

Tanto os trabalhos mais próximos de uma perspectiva marxista, e pioneiros na tentativa de explicação sobre 1964 (de Francisco Weffort, Octavio Ianni, Florestan Fernandes), quanto os revisionistas (notadamente, de Angelina Figueiredo) não foram produzidos por historiadores, mas por sociólogos e cientistas políticos. Não surpreende que os revisionistas solicitem esse apoio desengonçado à antropologia (como Jorge Ferreira, p.112). Se aquela geração de marxistas se formava inteiramente no Brasil, os revisionistas das ciências sociais e os historiadores que pegam carona na segunda classe do trem que eles conduzem estiveram em circulação internacional durante o regime (seja doutorando-se nos Estados Unidos, seja em exílio político – caso de Daniel Aarão Reis). Enquanto isso, a modernização conservadora preparava o mercado nacional da indústria cultural e da burocracia de Estado que os abrigaria nos anos 1980. É isso que está em jogo na voga do revisionismo.

A sentença enunciada por Roberto Schwarz, no exílio, em 1969 – caso alguém tenha se esquecido: “apesar da ditadura de direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda” – foi tratada como tese que dispensava verificação por anos a fio. Pudera. A fração mais culta e bem formada, de que ele falava, ocupava os reduzidos espaços de exercício semiprofissional e semileigo na imprensa, nas artes visuais e performáticas, nas universidades, nas ciências sociais. Acanhados e transitando num espaço de trocas rarefeito, entre esses produtores simbólicos e seus públicos, havia tamanha afinidade de princípios que acabavam pregando para si próprios, já convertidos. Numerosos estudos já demonstraram o modo como essa mesma fração foi sendo incorporada à indústria cultural (no caso dos artistas), ao Estado (no caso de áreas que se profissionalizaram e deram origem a um novo tipo de elite, como economistas e cientistas políticos) e às universidades (cuja expansão desde os anos 1970 favoreceu o abrigo de cientistas sociais exilados, que retornaram na reabertura política). A reviravolta daquela sentença perturba a todos e começa-se a duvidar se ela era mesmo válida. A hora de investigar o impacto do processo descrito anteriormente sobre a historiografia e sobre o marxismo brasileiros – algo que se encontra no coração da matéria “revisionista” deste livro – passou. E a pena de mais um atraso no país do “cinquenta anos em cinco” tem sido a derrota política.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

A crise atual do capitalismo
DOSSIÊ

Crise ecológica e socialismo
Victor Wallis

Forças produtivas em Marx
Claus M. Germer

Leituras de Gramsci
Bob Jessop

Sobre *O capital*
Rosa Luxemburgo

29